

Associação Bem Me Quer - Solidariedade em Delães

Anexo ao Balanço 2022

Índice

1	Identificação da entidade	4
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1	Diplomas legais	4
2.2	Indicação e Justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.....	4
2.3	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:.....	4
3	Principais políticas contabilísticas	5
3.1	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	5
3.2	Outras políticas contabilísticas relevantes	5
a)	Ativos intangíveis.....	5
b)	Ativos fixos tangíveis	5
c)	Locações	6
d)	Gastos de empréstimos obtidos.....	6
e)	Inventários.....	6
f)	Dívidas de terceiros	7
g)	Empréstimos.....	7
h)	Fornecedores e dívidas a terceiros.....	7
i)	Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio.....	7
j)	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	8
k)	Reconhecimento de gastos e rendimentos	8
l)	Impostos sobre os lucros.....	8
m)	Caixa e equivalentes de caixa	8
n)	Benefícios dos empregados.....	9
o)	Rédito	9
p)	Acontecimentos após a data de balanço.....	9
3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	10
3.4	Principais fontes de incertezas das estimativas	10
4	Ativos Não Corrente	10
4.1	Ativos Fixos Tangíveis	10
4.2	Investimentos Financeiros.....	11

5	Inventários.....	11
5.1	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.....	11
6	Caixa e depósitos bancários	12
7	Fundos Patrimoniais	12
8	Clientes e Outras contas a Receber	12
9	Diferimentos	12
10	Estado e outros entes públicos.....	13
	a) Saldos devedores	13
	b) Saldos Credores	13
11	Fornecedores e Outras contas a Pagar.....	13
12	Fornecimentos e serviços externos	13
13	Gastos com o pessoal	14
14	Outros gastos e perdas	14
15	Juros e gastos suportados	14
16	Outros Rendimentos e ganhos	14
17	Subsídios à exploração	14
18	Vendas e Serviços Prestados	15
19	Acontecimentos após a data do balanço	15
19.1	Autorização para emissão	15
19.2	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço.....	15
20	Considerações Finais	15

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1 Identificação da entidade

A Associação Bem me Quer – Solidariedade em Delães, é uma instituição sem fins lucrativos, NIPC 513 190 627, com sede na Avenida da Cerqueda, n.º 191, 4765-607 Delães. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Creche
- Jardim de Infância
- Serviços vários de apoio á comunidade

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Diplomas legais

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL

- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;
- Aviso n.º 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da entidade, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

2.2 Indicação e Justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2021“.

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem software e propriedade industrial, e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados pelo método da linha reta, durante um período de 3 e 10 anos respetivamente, correspondendo à vida útil esperada dos mesmos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos são registados ao custo de aquisição (que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado) líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método da linha reta, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	8 – 50
Equipamento Básico	5 – 16
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento Administrativo	5 – 16

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais.

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais na situação inversa.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Gastos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

e) Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo padrão ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. O custo padrão é determinado de acordo com princípios técnicos e contabilísticos, sendo periodicamente revistos no final de cada período de forma a refletir, os custos reais de produção. Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados encontram-se valorizados ao custo padrão de produção (que inclui o custo padrão das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado no caso de este ser inferior. Os custos padrões correspondem aos custos que, em condições normais, a entidade teria na fabricação dos produtos, levando em conta a quantidade normal de matéria-prima consumida, o seu custo previsto, o número de horas de produção, o custo horário, os encargos gerais de fabrico previstos e a capacidade de produção utilizada. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo padrão de aquisição e/ou produção, reconhecem-se perdas por imparidade. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido. A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES



f) Dívidas de terceiros

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Administração pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

h) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

i) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES



j) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

A Entidade não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um efluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um efluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

k) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

l) Impostos sobre os lucros

O Tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

m) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES



n) Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

A Entidade reconhece o custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus quando, tem uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

o) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

p) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até à data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 25.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Ativos Não Corrente

4.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos na rubrica Ativos Fixos Tangíveis durante o período de 2022 são os que se seguem:

	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros AFT	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
ACTIVO BRUTO:							
Saldo em 01-01-2022	316 932,56	32 441,32	60 405,95	19 863,43	0,00	0,00	429 643,26
Adições							0,00
Revalorizações							0,00
Alienações e abates							0,00
Transferências							0,00
Saldo em 31-12-2022	316 932,56	32 441,32	60 405,95	19 863,43	0,00	0,00	429 643,26
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 01-01-2022	-97 886,88	-32 441,32	-41 737,31	-19 863,43	0,00	0,00	-191 928,94
Adições	-6 124,72		-2 872,09				-8 996,81
Imparidades							0,00
Alienações e abates							0,00
Transferências							0,00
Saldo em 31-12-2022	-104 011,60	-32 441,32	-44 609,40	-19 863,43	0,00	0,00	-200 925,75
VALOR LÍQUIDO	212 920,96	0,00	15 796,55	0,00	0,00	0,00	228 717,51

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES

Os movimentos na rubrica Ativos Fixos Tangíveis durante o período de 2021 são os que se seguem:

	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros AFT	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
ACTIVO BRUTO:							
Saldo em 01-01-2021	316 932,56	32 441,32	62 181,16	19 863,43	0,00	0,00	431 418,47
Adições			22 976,79				0,00
Revalorizações							0,00
Alienações e abates			-24 752,00				0,00
Transferências							0,00
Saldo em 31-12-2021	316 932,56	32 441,32	60 405,95	19 863,43	0,00	0,00	429 643,26
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 01-01-2021	-91 548,23	-32 441,32	-62 181,16	-19 863,43	0,00	0,00	-206 034,14
Adições	-6 338,65		-4 308,15				-10 646,80
Imparidades							0,00
Alienações e abates			24 752,00				0,00
Transferências							0,00
Saldo em 31-12-2021	-97 886,88	-32 441,32	-41 737,31	-19 863,43	0,00	0,00	-191 928,94
VALOR LÍQUIDO	219 045,68	0,00	20 443,85	0,00	0,00	0,00	237 714,32

4.2 Investimentos Financeiros

	Investimentos Financeiros	Total
ACTIVO BRUTO:		
Saldo em 01-01-2022	503,4	503,4
Adições		0
Fundo Compensação Trabalho	522,72	522,72
Saldo em 31-12-2022	1026,12	1026,12
VALOR LÍQUIDO	1026,12	1026,12

	Investimentos Financeiros	Total
ACTIVO BRUTO:		
Saldo em 01-01-2021	350,05	350,05
Adições		
Fundo Compensação Trabalho	153,35	153,35
Saldo em 31-12-2021	503,4	503,4
VALOR LÍQUIDO	503,4	503,4

5 Inventários

5.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas	300,26	347,63
TOTAL	300,26	347,63

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o período de 2022 foi como se segue:

	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	0,00	347,63	347,63
Compras	0,00	-47,37	-47,37
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventário final	0,00	300,26	300,26
Gasto do período	0,00	0,00	0,00

6 Caixa e depósitos bancários

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	1 851,29	1 286,83
Depósitos à Ordem	68 341,68	102 458,57
Outros depósitos Bancários	0,00	0,00
TOTAL	70 192,97	103 745,40

7 Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Total
Fundos	67 638,67			67 638,67
Excedentes Técnicos				
Resultados Transitados	-28 369,19	271 404,65		243 035,46
Excedente de Revalorização	15 000,00			15 000,00
Outras Variações nos fundos	237 600,00	-237 600,00		0,00
TOTAL	291 869,48	33 804,65	0,00	325 674,13

8 Clientes e Outras contas a Receber

A Rubrica de clientes e outras contas a Receber no período de 2022 tem a composição que se segue:

	Ativos registados ao justo valor por resultados	Ativos registados ao custo amortizado menos Imparidades	Total
Ativos Correntes			
Utentes	50 831,27	0,00	50 831,27
Clientes gerais	1 572,00		1 572,00
TOTAL	52 403,27	0,00	52 403,27

9 Diferimentos

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros de acidentes de trabalho	541,88	1 019,40
Seguro de acidentes pessoais	334,16	203,10
Seguro automóvel	163,13	520,65
Segurança no trabalho		104,99
Seguro equipamento	267,83	
TOTAL	1 307,00	1 848,14

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES

10 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros entes Públicos” em 31 de dezembro de 2022 é o seguinte:

a) Saldos devedores

31/12/2022	
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00
Retenção na fonte IRS	0,00
TOTAL	0,00

b) Saldos Credores

31/12/2022	
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	0,00
Retenção na fonte IRS	-2 498,00
Contribuições para a Segurança social	-11 212,33
TOTAL	-13 710,33

11 Fornecedores e Outras contas a Pagar

A Rubrica de Fornecedores e Outras Contas a Pagar no ano 2022 tem a seguinte composição:

	Ativos registados ao justo valor por resultados	Ativos registados ao custo amortizado menos Imparidades	Total
Passivos Correntes			
Fornecedores	6 334,97	0,00	6 334,97
Adiantamento de Clientes		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar	48 255,75	0,00	48 255,75
TOTAL	54 590,72	0,00	54 590,72

12 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos a 31 de dezembro de 2021 apresentava a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhos especializados	33 769,74	10 300,24
Artigos para Oferta	45,00	102,99
Combustíveis	12 198,06	6 465,11
Água	1 533,88	1 616,97
honorários	4 332,00	4 100,80
Eletricidade	12 505,85	6 480,78
Material de escritório	432,53	410,84
Conservação e reparação	3 564,41	4 859,59
Ferramentas e utensílios	831,73	1 522,16
Deslocações e estadas	248,51	4 266,35
Rendas e alugueres	1 059,68	1 152,13
Comunicação	2 289,57	2 166,16
Seguros	2 883,51	3 688,77
Limpeza, higiene e Conforto	8 007,50	8 332,19
Despesas com atividades	55 051,52	28 326,10
Encargos com utentes	4 002,42	4 875,82
Outros	633,26	235,17
TOTAL	143 389,17	88 902,17

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES

13 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com o pessoal apresentava a seguinte composição:

Gastos com Pessoal	31/12/2022	31/12/2021
Rennumerações Pessoal	219 823,51	177 229,06
Indemnizações	0,00	3 000,00
Encargos sobre renumerações	49 056,50	39 459,87
Seguros de acidente no trabalho	2 720,23	3 574,38
Outros gastos com o pessoal	931,13	675,64
TOTAL	272 531,37	223 938,95

14 Outros gastos e perdas

Outros gastos e Perdas	31/12/2022	31/12/2021
Correções relativas a anos anteriores	0,00	586,04
Taxas	0,00	27,31
Multas Fiscais	0,00	55,58
TOTAL	0,00	668,93

15 Juros e gastos suportados

Juros e Gastos Similares Suportados	31/12/2022	31/12/2021
Juros suportados	0,01	0,01
outros gastos de financiamento	595,31	575,64
TOTAL	595,32	575,65

16 Outros Rendimentos e ganhos

Outros Rendimentos e Ganhos	31/12/2022	31/12/2021
Alienações	0,00	3 500,00
Correções anos anteriores	1 053,70	
Outros não especificados	1 572,00	
TOTAL	2 625,70	3 500,00

17 Subsídios à exploração

Subsídios à exploração	31/12/2022	31/12/2021
ISS, IP - Centro Distrital	272 448,84	254 873,80
I.E.F.P	1 008,00	3 475,37
Autarquias	25 515,00	33 300,00
Doações e Heranças	1 894,06	2 726,32
Adaptar	-264,30	4 000,00
Apoio PME		633,75
TOTAL	300 601,60	299 009,24

ASSOCIAÇÃO BEM ME QUER – SOLIDARIEDADE EM DELÃES

18 Vendas e Serviços Prestados

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas dos Utilizadores	123 115,31	82 192,85
Quotizações e joias	329,00	0,00
TOTAL	123 444,31	82 192,85

19 Acontecimentos após a data do balanço

19.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 27 de abril de 2023.

19.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

20 Considerações Finais

O ano de 2022 foi um ano de gestão atenta e aprofundada da direção. Uma gestão apurada de todas as valências, Creche, Jardim de Infância, CATL, na procura de melhores soluções aquisitivas de produtos e de gestão.

De realçar ainda o empenho de todos os funcionários da Associação neste compromisso coletivo que levou a um maior rigor e consequente equilíbrio de contas, o que desde já aqui enaltecemos e deixamos o nosso muito obrigado.

Delães, 27 de abril de 2023.

Contabilista Certificado

(Valdemar Magalhães)

Presidente

(Luís Carvalho)